

JUVENTUDES UNIVERSITÁRIAS: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS EM UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Luís Antonio Groppo¹

Resumo: *São feitas reflexões, a partir de revisão bibliográfica e de casos observados em uma universidade pública, sobre o tema da participação política e processos formativos no trabalho cotidiano de organizações juvenis. Parte de pesquisa em fase inicial, o texto foi fundamento de conferência realizada no II Colóquio Internacional Educação e Sociedade. Trata de algumas características dos jovens na Educação Superior no Brasil atual, da noção de organizações juvenis e de algumas dimensões educativas destas na universidade pesquisada. Conclui a respeito da riqueza dos processos formativos presentes no cotidiano de tais organizações, em que se praticam metodologias participativas, democráticas e auto-organizadas.*

Palavras-chave: *organizações juvenis, universidade, formação política, participação.*

INTRODUÇÃO

Neste artigo trouxe o tema da educação – via educação não-formal e formação política – ao âmago dos meus dizeres.

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), atuando nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Pedagogia, História e no Programa de Pós-Graduação em Educação; Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail > prograd@unifal-mg.edu.br

Fundamentalmente, revisei a proposta da pesquisa que venho atualmente desenvolvendo e trouxe alguns de seus primeiros resultados. Trata-se da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais”, apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A juventude, do ponto de vista das Ciências Sociais, particularmente da Sociologia, pode ser considerada como uma categoria social que compõe a estrutura das categorias etárias, em sociedades que reconhecem a juventude como parte do curso da vida. (GROPPO, 2000).

Defende-se aqui o que se chama de concepção dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Por meio desta, concebe-se o processo de modernização também como a tentativa de instituições sociais “moldarem” a juventude: escolas, orfanatos, grupos juvenis controlados por adultos (ligados a Estados, partidos, igrejas etc.), universidades, mídias eletrônicas e indústria cultural. Deste modo, emerge uma nova realidade social, em que indivíduos com idades semelhantes vivem próximos, ou nutrem expectativas comuns mesmo quando distantes do espaço. É desta nova realidade que podem vir a surgir manifestações concretas ou o desejo de mais autonomia, quando indivíduos e grupos juvenis desenvolvem identidades, vivências e valores destoantes em parte ou em sua totalidade dos padrões sociais estabelecidos. Neste sentido, criam grupos juvenis informais (não controlados por adultos), podem mobilizar-se politicamente em movimentos estudantis ou participarem de revoltas, greves, guerrilhas etc., podem traduzir seu desconforto para com os valores tradicionais por meio de revoltas comportamentais e revoluções culturais,

podem despejar suas insatisfações diante das estruturas socioeconômicas via vandalismo, delinquência ou “conflito com a lei”. (GROPPO, 2008, GILLIS, 1981).

Cabe defender ainda a diversidade das vivências da juventude, mesmo em dado contexto bem destacado. Para compreender dada condição juvenil, é necessário correlacionar o aspecto juvenil com outros fatores sociais, tais como classe social, gênero, condição urbano-rural, religiosidade, etnia etc. Saltam aos olhos, na realidade concreta, do mundo vivido, juventudes. (GROPPO, 2000). Compreender as muitas formas de ser da condição juvenil em nosso tempo, sob um olhar inclusive histórico, é uma importante contribuição que a as ciências sociais podem dar aos que se debruçam sobre a relação entre juventude e ensino superior.

Antes, porém, é preciso lembrar que há uma grande heterogeneidade na conformação da educação superior no Brasil e no mundo. É errado tratar a educação superior de modo homogêneo, como se houvesse, no caso de nosso país, uma “universidade brasileira”. Há ampla diversidade institucional e a diferença não é apenas entre IES (Instituições de Educação Superior) públicas e privadas, mas também dentro delas. “Universidade” é mesmo exceção: havia no Brasil 130 universidades em 2010 (8% do total das IES). (SOUSA, 2013). E ainda assim, na prática, muitas vezes o que é chamado de universidade é um mero agregado de faculdades, dada a origem tardia da universidade no Brasil. (CUNHA, 2007).

Entretanto, é inegável a importância da “universidade”, até hoje, como modelo de IES. Mesmo agora, é forte este modelo em nosso imaginário. Se o movimento histórico, até certo ponto, pareceu realizar este modelo imaginado e desejado, a partir de certo momento, distanciou-se muito dele. Este movimento histórico de quase-realização e crise do modelo universidade pode ser observado dentro do conjunto de países que afirmam formar o “mundo ocidental”, de modo mais característico a Europa e Estados Unidos, mas também a América Latina. Trata-se da pas-

sagem da universidade como instituição hegemônica na educação superior, de autonomia relativa, a uma educação superior de caráter mais “operacional”, com grande diversidade de tipos de instituições e modalidades de ensino. (SANTOS, 2001, CHAÚÍ, 2003, GROppo, 2011).

Deste modo, os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) colocaram em questão o próprio conceito de universidade no Brasil, em especial a pública, mais ainda a federal, desconstruindo o pouco que havia sido efetivado em nosso país da universidade-instituição de autonomia relativa. (BRANDÃO, 2005). Há também um fenômeno de privatização da esfera pública, com IES públicas tendo de buscar recursos alternativos para se financiar, prestando serviços como assessorias, consultorias, cursos de especialização e extensão pagos, passando também a ser controlados pelo mercado, além do Estado. (CHAÚÍ, 2003).

Nos primeiros anos dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a educação superior ainda viveu sob os efeitos das reformas do período anterior. Relatório elaborado por Grupo de Trabalho Interministerial em 2003, de certa forma, legitimou a reforma do Estado e da educação superior dos governos Fernando Henrique Cardoso. Apesar de fortes críticas vindas da sociedade contra o Relatório, as políticas de governo nele baseados foram paulatinamente implementadas, mas nem todas os programas, projetos e ações foram mera continuidade do que estava dado. (RODRIGUES, 2007, SOUSA, 2013).

Como diferenciação, destacam-se medidas para a chamada “democratização da educação superior, pública, gratuita e de qualidade” para o acesso de estudantes das classes populares às IES públicas, como o sistema de cotas, o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e a criação e expansão dos IFs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Contudo, outras medidas tiveram caráter mais polêmico, para os que defendem o modelo da universidade pública: a cria-

ção do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) em 2004, forma menos grosseira de avaliação, mas que reforça o papel avaliador do Estado; o ProUni (Programa Universidade para Todos) e a ampliação do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) para financiar estudantes em IES privadas.

Enquanto forma-se um sistema complexo na educação superior, dominado por um mercado crescentemente controlado por grandes empresas, as taxas de escolarização no grau superior continuam sofríveis em nosso país. Considerando a taxa bruta de escolarização universitária (total de matrículas na educação superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos), o Brasil tinha taxa de 13% em 1990, 17,3% em 2004 e 26,7% em 2009. Só para motivo de comparação, esta taxa era, em 2009, de 52% no Chile, 64% no Uruguai e 82% nos EUA. (SOUSA, 2013).

Se a educação superior no Brasil se massificou nos últimos anos, ela está muito longe da democratização, ou seja, ao acesso de todos a um direito social a ser garantido por recursos públicos, preferencialmente em instituições públicas, e de qualidade. Mais característica que a sua generalização, é a heterogeneidade da educação superior no Brasil. Primeiro, no tipo de instituições: cursos isolados, faculdades, faculdades integradas, centros universitários, universidades, ensino superior não-universitário (como os institutos tecnológicos). Segundo, no tipo de mantenedores: públicos (governo federal, estados e municípios) e privados (confessionais, filantrópicos, comunitários e particulares). Terceiro, de objetivos: pesquisa, formação profissional, propedêutica científica, extensão, especialização, formação de pesquisador (pós-graduação *stricto sensu*). Há também que se considerar a heterogeneidade no próprio interior das instituições, em especial naquelas de maior porte, já que, no Brasil as universidades, faculdades integradas e centros universitários, em geral, são mera reunião de cursos, sem contar a diversidade

interna nos objetivos e no grau de prestígio ou importância das unidades-membro (cursos, departamentos, institutos).

Se há heterogeneidade no sistema educacional superior no Brasil hoje, o mesmo pode ser dito dos seus estudantes. Primeiro, há de se considerar a diversidade gerada por fatores socioculturais, tais como classe social, região, etnia, gênero e até idade. Sobre a idade, é preciso relativizar a imagem do estudante da educação superior como jovem. Vários estudantes estão para além da faixa etária que tradicionalmente se associa à juventude. Mas isto pode significar que é necessário relativizar a própria juventude pensada apenas a partir do fator “idade”: mais importante, para definir a juventude, pode ser a relação experimental com a realidade social e os valores (GROPPO, 2006), relação que os sujeitos podem estabelecer em diferentes momentos de sua vida – e a ida à educação superior, ou o seu retorno, mesmo na idade “adulta”, pode ser uma reedição desta relação experimental, portanto juvenil, com a realidade social.

Outro fator de heterogeneidade advém do fato de que este estudante não é sempre universitário. Larga parcela deles estão em IES que não são universidades (como centros universitários, faculdades integradas e faculdades isoladas), e vários até em cursos superiores não-universitários, como aqueles matriculados em Institutos Técnicos Federais e centros tecnológicos estaduais, municipais e privados. Há também a possibilidade, prevista na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, de cursos sequenciais e cursos por áreas de saber.

Há de se considerar a heterogeneidade das motivações para a busca da educação superior. Entretanto, talvez aí se encontre um denominador comum. Cresce, a ponto de não ser desmedido afirmar ser ela hoje hegemônica, a busca por melhores posições no mundo do trabalho (em geral, entendido pelos próprios estudantes no sentido estrito de “mercado” de trabalho). (CARNEIRO & BEHR, 2012, GROPPPO, 2005). É uma condição que marca boa parte dos adultos que retorna à educação formal, para sua

primeira ou mesmo segunda graduação: são homens e mulheres trabalhadores, em busca de ascensão ou “empregabilidade”. (SILVA, 2000).

Mas não é apenas dos estudantes adultos a preocupação enorme, ansiosa, com o mundo do trabalho. É parte da condição juvenil no Brasil atual, mesmo, a centralidade da questão do trabalho na definição da identidade de seus jovens. A questão do trabalho ganha posição fundamental no pensamento dos jovens, mais do que a educação (ABRAMO & BRANCO, 2005), e a própria educação muitas vezes é pensada como formação para o trabalho ou como meio para um melhor acesso ao mundo do trabalho.

A centralidade do fator trabalho, ao lado de outros fatores, faz com os que os jovens estudantes das IES, sobretudo das privadas, destoem bastante da imagem que por vezes estabelecemos para o estudante “ideal”: politizado, radical em suas convicções políticas e contestador contracultural. Trabalhando por muitos anos em uma IES privada de caráter confessional, conheci outras formas de rebeldia estudantil, por vezes tachada de “indisciplina”, derivada de uma concepção instrumental do ensino e do saber, que perguntava apenas sobre o que seria útil para “se dar bem no mercado” ou, ainda menos, apenas o que era preciso para “passar na matéria”. Apesar do seu alto teor de instrumentalidade, havia nesta IES alguma forma de auto-organização juvenil e estudantil, como centros acadêmicos e eventos culturais.

Ao iniciar a docência em uma universidade pública, não me surpreendi em reencontrar uma importante dose desta relação instrumental com o saber e o ensino, bem como não foi espanto reencontrar a preocupação central com o trabalho. Mas a melhor – e mais grata – surpresa foi encontrar uma pulsante vida coletiva juvenil-estudantil, que oferecia aos estudantes – mas também aos seus professores – outras lições e possibilidades de se relacionar com o conhecimento e conceber sua inserção na sociedade (para além da “empregabilidade”). É claro que a vida auto-organizada dos estudantes não passa apenas pela atuação

diretamente política, nem apenas por ideologias ditas progressistas. Há coletivos estudantis atuantes em campos como a cultura, a religião e o lazer. Há manifestações, nem sempre tão públicas, que indicam processos educativos informais e não formais que cultivam valores conservadores e retrógrados. Mas toda esta vibrante “cultura juvenil-estudantil” é tema importante de estudo, no esforço de compreender a dimensão educativa não formal envolvida nas suas práticas e discursos, bem como as relações que têm ou que podem estabelecer com os processos formais da universidade, como a extensão e o ensino.

Alguns colegas há mais tempo atuando nesta universidade do Sul de Minas Gerais comentaram que, a princípio, a vida estudantil não era assim tão pulsante. A Unifal-MG formou-se apenas em 2005, a partir de uma tradicional escola de farmácia e odontologia, e sua grande expansão deu-se com o Reuni, em 2008. O crescimento da instituição e a adoção de cursos na área das ciências humanas e licenciaturas são fatores apontados como responsáveis por esta politização da vida estudantil, que tem favorecido inclusive os docentes. Contudo, desconfio que outros fatores vêm se somar em favor da gestação desta vibrante educação não formal no meio estudantil. Tratam-se de práticas e organizações, de caráter cultural, social, político, esportivo etc., que parecem irradiar-se de fora para dentro da universidade. Se houve um tempo em que ser jovem era ser “estudante”, hoje são muitas as fontes da identidade juvenil (MISCHE, 1997), fontes que vão inclusive influir no modo de ser jovem dos estudantes universitários e em suas organizações.

É verdade que esta pesquisa propõe tratar da formação política em um tipo de IES – uma universidade pública de porte mediano – que não representa a maioria das IES no Brasil atual. Entretanto, ela pode demonstrar a importância deste modelo de ensino superior para gerar um ambiente favorável à auto-formação social e política dos jovens estudantes – ainda que pouco pela ação consciente da instituição, e mais pela iniciativa dos

próprios estudantes. Reverter a tendência atual do ensino superior – ainda acessível a poucos e favorável às instituições privadas – ou seja, apostar no ensino público ao alcance de muitos, quiçá de todos que assim o desejarem, pode contribuir para a própria (auto)formação política dos nossos jovens.

Mesmo no presente, contudo, este efeito formador poderia ser multiplicado por um maior reconhecimento, por parte da universidade, do caráter educativo das organizações juvenis que atuam em seu seio.

ORGANIZAÇÕES JUVENIS

A escolha do termo “organizações juvenis”, em detrimento de outras, como organizações estudantis ou movimento estudantil, para tratar dos coletivos auto-organizados de jovens estudantes nas IES, foi influenciada por uma estudante de Ciências Sociais, militante de uma rede de organizações juvenis. Ela argumentou sobre a pertinência deste termo para tratar de uma série de coletivos formados por estudantes, no interior da universidade, que não tinha necessariamente a intenção de disputar as entidades estudantis oficiais (como CAs e DCE) e que poderiam ter sido originalmente formados fora da universidade, atuando em temas diversos da chamada política estudantil e para além dos muros da universidade.

As organizações juvenis, neste sentido mais lato, parecem referendar recentes teorizações sobre a participação política. Tratando de bibliografia sobre participação (FARNETI, 1998, PIZZORNO, 1975, BORBA, 2012, MISCHKE, 1997, CARRANO, 2002, KRISCHKE, 2005, SOUZA, 2009, SOUZA, 2011, RIZZINI & TISDALL, 2012) podemos dizer que há três tipos de teorias ou concepções, no interior da sociologia política, sobre a participação: tradicionais, críticas e contemporâneas.

As concepções tradicionais ou clássicas de participação partem do suposto de que é desejável ou normal a manuten-

ção/ reprodução da macroestrutura social e política dada, ou a sua “evolução” linear e progressiva. Compõem o paradigma da “representação”, que reconhece tão somente a participação nos mecanismos institucionalizados da democracia representativa (eleições, partidos e governos).

As concepções críticas de participação privilegiam as macro-transformações, reformistas ou revolucionárias, da estrutura sócio-política. Elas tendem a compor o paradigma da militância, ou seja, a defesa de que a verdadeira participação é a adesão em tempo integral do sujeito político à organização formal que pertence, como partido, sindicato e movimento estudantil.

Já as concepções contemporâneas de participação têm duas tendências principais. Uma delas, hegemônica atualmente pelas agências supranacionais de desenvolvimento (Organização das Nações Unidas, Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura], Banco Mundial etc.), pelos últimos governos brasileiros e pelo chamado “terceiro setor” (fundações empresariais e boa parte das ONGs [Organizações Não Governamentais]), é uma atualização das concepções tradicionais. Tal concepção valoriza a participação ou “protagonismo”, especialmente dos jovens, em prol do consenso ou da adesão a objetivos principais já definidos por organizações controladas por adultos. Veja-se lá a crítica ao protagonismo juvenil feita por Souza (2009) e Carrano (2012). Buscam menos a participação dissidente e sim a “concertação social”, em projetos que, por exemplo, promoveriam a “cultura da paz” nas escolas. (CASTRO, J. 2009).

Outra concepção, que permite compreender melhor as organizações juvenis que esta pesquisa pretende investigar, se inspira nos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) e no pós-estruturalismo. (MESQUITA, 2003, BUTLER & PRINCESWAL, 2012, MENDONÇA & LEITE, 2013). Tal concepção valoriza sobretudo as novas formas de participação não-formalizada, a quebra da rigidez na divisão entre o público e o privado (publicizan-

do e politizando questões outrora tratadas como tendo apenas “cunho privado”), a articulação entre os níveis micro e macro de participação, as temáticas identitárias (étnico-racial, de gênero, ecológica, cultural etc.) e a atuação cultural ou simbólica nas questões de poder e dominação presentes no cotidiano (tais como racismo, machismo, degradação ambiental etc.). Em geral, esta concepção destaca a informalidade ou a baixa formalidade da participação e dos coletivos auto-organizados, a possibilidade de se formar redes (articulando o micro e o macro), a fluidez da participação e das próprias organizações e a participação em diversas questões e coletivos (a “militância múltipla”).

Mesquita (2003) propõe analisar as tendências mais recentes do ME (Movimento Estudantil) e as novas organizações estudantis a partir do referencial teórico dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Ou seja, tanto no interior das entidades estudantis tradicionais (CAs, DCEs, Uniões Estudantis Estaduais e União Nacional dos Estudantes [UNE]), quanto nos coletivos identitários que se formam nas IES e buscam intervir no movimento estudantil clássico (MESQUITA, 2008), há tendências que vão criando organizações estudantis não ligadas aos canais “tradicionais” (partidos, sindicatos e governos) e que enfatizam aspectos culturais e lutas cotidianas e identitárias. As entidades estudantis clássicas, como a UNE, buscaram aglutinar estes novos temas. Mas o fizeram pela via institucionalizadora tradicional, como a criação de secretarias específicas para as questões de gênero e étnico-raciais, e continuam tendo grande dificuldade em mobilizar boa parte dos estudantes das IES. (BARBOSA, 2008, BRANDÃO, 2008).

Em contrapartida às dificuldades da UNE, novas linguagens e métodos vão aparecendo no meio estudantil, como as executivas de curso (que já existem desde o início dos anos 1970, mas que só ganharam força a partir dos anos 1990), os coletivos de cultura, os grupos de estudantes negros, os coletivos de mulheres universitárias, os grupos de extensão universitária orga-

nizados pelos próprios estudantes, entre outros. Eles tendem a ser autônomos, mais democráticos e com organização mais horizontal. Vêm ganhando força com ações coletivas que respondem a muitas demandas dos estudantes e parecem expressar o surgimento de uma nova “sociabilidade militante” no ME, a qual é capaz de incorporar melhor os temas racial, de gênero, cultura e juventude, assim como novas metodologias. (MESQUITA, 2003).

Têm aparecido inclusive organizações focadas na política estudantil, mas independentes em relação às entidades oficiais, muitas delas no polo ainda mais à esquerda do espectro ideológico em comparação com os “partidos” estudantis que têm hegemonizado a UNE. Estas organizações foram as principais responsáveis pela ocupação de diversas reitorias de universidades públicas em 2007 e 2008 (SILVA & CASTRO, 2013). Leher (2007, p. 98) associa estas ocupações, especialmente a da USP (Universidade de São Paulo) em 2007, a outros movimentos estudantis recentes, principalmente na América Latina, tais como “[...] a Revolta dos Pinguins no Chile (2006), a insurreição da juventude francesa (2005, 2006), a Comuna de Oaxaca (2006), as gigantescas mobilizações populares contra a fraude eleitoral no México (2006) e, antes, a longa greve na Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), em 1999, que, na forma, aproxima-se muito da ocupação da USP”.

Entretanto, para compreender o sentido destas novas manifestações, talvez seja necessário ir para além da categoria estudante e movimento estudantil. Segundo Mische (1997, p. 140), no Brasil, certamente a partir dos anos 1990, a categoria “estudante” já não tinha mais a “multivalência” necessária para dar conta da “diversidade de projetos em formação dos jovens” que participaram do movimento Fora Collor. Estes jovens preferiram adotar como identidade uma categoria mais abrangente, mas mais ambígua, a de “cidadão”. Revelava-se assim a dispersão das identidades juvenis no contexto brasileiro dos anos 1990, em que as IES e o movimento estudantil não eram mais os “centros

da vida cultural e política juvenil” e perderam o “monopólio da mobilização juvenil” (p. 143): primeiro, pela extensão da “cultura jovem” aos jovens trabalhadores e periféricos; segundo, porque a rede de formação das identidades juvenis se tornou múltipla e dispersa, incluindo, além das instituições escolares, o trabalho, *shopping centers*, clubes, bairros, ruas etc. Há de se incluir também o acesso ao consumo e ao ensino formal por mais jovens e a diversificação do meio universitário, discutidos acima.

Müxel (1997) detectou, em pesquisa sobre a socialização política de jovens franceses dos anos 1990, características e tendências gerais que atravessavam inclusive as diferentes classes sociais francesas, e que parecem ilustrar também nossas tendências, inclusive as atuais – como indicam resultados da pesquisa de Sousa (1999) sobre novas formas de militância juvenil nos anos 1990 e de Silva & Castro (2013) sobre os coletivos juvenis atuais. Em linhas gerais, segundo Müxel (1997), havia uma combinação entre o pessimismo dos jovens em relação à política institucional (representativa e partidária) e as expectativas fortes e ambiciosas para com a política em seu sentido amplo. Estas expectativas aparecem na forma como a participação social política é feita e verbalizada por estes jovens, em que se valoriza a “democracia direta”, especialmente em ações pontuais, em função de interesses específicos e em prol de resultados imediatos e visíveis. Estas ações atacam concretamente tanto os problemas reais do dia-a-dia quanto os problemas concretos em escala planetária (como a questão ecológica e campanhas humanitárias). Os modelos de associação praticados parecem combinar idealismo e utilitarismo em um engajamento mais “fraternal”, que tende a recusar rótulos ideológicos, prega a reconciliação dos interesses partidários, a rejeição dos conflitos e a atuação imediata na realidade concreta.

No Brasil atual, a forma mais marcante de realizar estas tendências gerais dos jovens – não apenas dos franceses nos anos 1990 – são os coletivos fluidos, ou seja, que têm baixo grau

de formalidade ou institucionalização e são formados pela associação de jovens que têm relações de amizade ou proximidade, como grupos culturais, artísticos, educacionais, assistenciais, religiosos e até mesmo políticos, como o MPL (Movimento Passe Livre). Silva & Castro (2013, p. 31) consideram que os jovens engajados nestes coletivos fluidos estão “em busca de uma ‘política sem rótulos’”. Isto significaria, primeiro, a flexibilidade nas formas de adesão ao grupo, sem precisar assumir um projeto ideológico bem definido, usando de modo amplo e vago o termo “solidariedade” para justificar a natureza da ação. Segundo, a definição do grupo como “apolítico”, “apartidário” e/ou “neutro”. Terceiro, o rechaço à delegação e distribuição de papéis, a importância da amizade na fundação e manutenção do grupo, certo temor à institucionalização do coletivo, certa evitação de parcerias mais institucionalizadas com organizações formalizadas e grande importância atribuída à liberdade individual e à autonomia (do indivíduo e do grupo).

Silva & Castro (2013) consideram que esta valorização da fluidez grupal se baseia em uma noção liberal de liberdade, que entra em choque com projetos de ordem coletiva e dificulta lidar com a diferença e o conflito, dimensões que seriam fundamentais na política. Também, que a noção “subjativista” de transformação social adotada por estes coletivos os distancia de uma visão da sociedade como uma totalidade imersa em jogos de poder. Suas ações localizadas não teriam força para impactar a macroestrutura sócio-política vigente.

Algumas das organizações juvenis da universidade que pretendendo investigar podem ser caracterizadas como novas formas de organização estudantil, no sentido atribuído acima por Mesquita (2003). Algumas são voltadas à política estudantil, outras a questões mais propriamente identitárias. Mas há uma organização que atua ainda como um “partido” estudantil em busca de cargos eletivos no DCE e nos colegiados acadêmicos, expressão juvenil de tendência no interior de um partido político da esquerda.

Também existem no interior da universidade grupos que podem ser caracterizados como coletivos fluidos, no sentido atribuído por Silva & Castro (2013), voltados à cultura e à religião. No entanto, as Atléticas são organizações estudantis voltadas ao lazer e ao esporte que se enraízam em tradições universitárias de longa data, que por vezes expressam valores conservadores e antidemocráticos, tais como as fraternidades universitárias presentes na Europa, Estados Unidos e mesmo no Brasil.

Ou seja, a realidade concreta da universidade é composta, em sua especificidade social e histórica, por organizações estudantis que representam distintos processos socioculturais e diversas camadas históricas. Não é uma situação simples, na qual um dos autores citados acima por si só poderia dar conta integralmente. Vale, portanto, ainda mais a pesquisa, a busca por entender por meio das vozes destes estudantes como estão se dando os processos educativos não formais no interior destes coletivos, suas direções, contradições e possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIMENSÕES EDUCATIVAS DAS ORGANIZAÇÕES JUVENIS NA UNIVERSIDADE

Um evento que assisti, promovido pela organização de estudantes feministas no Dia Internacional da Mulher, foi o que deu ensejo a esta pesquisa. Nele se discutiam as relações entre os gêneros e a necessidade de os homens repensarem suas práticas e valores em tais relações. As mulheres estudantes convidaram homens estudantes para darem seus relatos, sendo seguidos por um interessante debate em que participaram mulheres e outros homens. Tratou-se de um momento de aprendizagem, distinto do ensino disciplinar em sala de aula. Institucionalmente, ligou-se à Extensão Universitária, campo que tem amparado formalmente muitas atividades dos jovens estudantes que são, ao seu modo, também atividades educativas, mas de caráter não formal. No caso do evento supracitado, para além de uma educação

não formal, tratou-se de uma prática educativa autogerida e que promoveu uma espécie de autoeducação entre os estudantes. (GROPPO, 2006). Mais ainda, também dos professores que foram assistir, que, do papel de educadores-educandos, tornaram-se educandos-educadores. (FREIRE, 1987).

Estava diante de um evento que promovia uma coeducação entre gerações (PERALVA, 1997, CASTRO, L. 2009), de modo não formal, quebrando a rígida divisão tradicional entre professor e aluno, bem como a divisão entre adultos que sabem e jovens que aprendem. Tal qual a proposta de Paulo Freire, ou a utopia da autogestão dos movimentos estudantis de 1968, aprendíamos, mestres e estudantes, adultos e jovens, em comunhão.

Tratava-se, também, de uma formação política. Não a política pensada apenas como aquela promovida por instituições estatais que supostamente detém o monopólio da força legítima ou lutam para ocupar os cargos de mando nestas instituições (partidos). Na verdade, o evento tornava público e digno de debate questões que se pensaram durante muito tempo como reclusas ao mundo privado: as relações entre os gêneros e o machismo. (MESQUITA, 2008, KOLONTAI, 2011). Também, tornava patente uma forma de atuação política em que a participação de todos os sujeitos é valorizada, seja pela forma horizontal das relações entre os membros dos coletivos feministas, seja pela livre abertura do debate e o anseio de que seria possível intervir diretamente na realidade, sem passar necessariamente pelo Estado e pela representação. (MÚXEL, 1997, SILVA & CASTRO, 2013).

Enfim, ficava marcada a realidade de uma formação social e política que ia para além da noção tradicional de socialização política. Na noção tradicional, a socialização política é promovida por instituições comandadas por adultos (família e escola) e direcionada para o aprendizado de valores vigentes nas instituições políticas formais (Estado, partidos, sindicatos etc.). (OPPO, 1998). Na realidade observada, organizações e coletivos juvenis promoviam, com apoio da universidade (da Extensão e de alguns

professores) ou sem apoio, de modo oficial, paralelo ou marginal em relação às rotinas oficiais da instituição universitária, uma formação política que mais se pode considerar uma autossociação política e, até mesmo, uma coeducação política entre gerações, desafiando os limites tradicionalmente dados entre as funções dos agentes educacionais (professores e estudantes), das categorias etárias (jovens e adultos) e dos espaços sociais (público e privado).

Um levantamento inicial encontrou um grande número de organizações e coletivos juvenis atuando no interior da universidade que irei investigar.

A princípio, parecem interessar mais a esta pesquisa as organizações que têm cunho diretamente político. Elas são de dois tipos. Primeiro, as entidades estudantis de caráter “clássico”: CAs (Centros Acadêmicos) de diversos cursos e o DCE (Diretório Central Estudantil). Segundo, organizações juvenis que atuam politicamente, seja no interior de partidos políticos e com a intenção de vencer as eleições para as entidades estudantis, seja para mobilizar os estudantes para participar de outras práticas políticas e sociais (como a que promove “escrachos” contra pessoas que foram torturadores durante o regime militar e atos de apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], e os estudantes que promovem um cursinho universitário popular em uma escola pública). Recentemente, foi formado um “Movimento das Repúblicas”, em reação à lei municipal que, desejando coibir som alto em festas universitárias, tem levado a polícia efetuar inúmeras multas contra repúblicas de estudantes (mesmo quando seus moradores estão apenas ouvindo música privadamente).

Mas a pesquisa se interessa também em conhecer possíveis influências na formação política de outras organizações e coletivos juvenis não necessariamente ligados à política institucional ou aos movimentos sociais ditos clássicos. Alguns deles parecem ter atuação política evidente, mas naquele sentido mais amplo,

que leva a publicizar, trazer ao debate público, questões que se quis outrora relegar apenas ao privado, como questões de gênero e étnico-raciais. Destacam-se os coletivos que tratam das questões das mulheres e da diversidade sexual.

Há uma miríade de outros coletivos que, se parecem atuar em campos que se querem distantes dos sentidos de política expostos acima, nem por isto deixam de ter efeitos políticos na formação dos estudantes que passam por eles. Primeiro, voltados ao lazer e aos esportes, mas principalmente promovendo festas universitárias, as Atléticas de diversos cursos. Segundo, grupos religiosos, não apenas cristãos (evangélicos e católicos carismáticos), mas também de outras manifestações religiosas (como um grupo de meditação budista). Terceiro, manifestações culturais ligadas à Extensão Universitária, como o grupo de maracatu.

Já em seu início, a pesquisa vem demonstrando a importância de se conhecer mais e melhor a dimensão educativa não formal destas organizações e coletivos juvenis, que atuam ao lado ou à margem dos processos formais de ensino. Segundo a literatura consultada (BRANDÃO, 2001, CASTRO & MATTOS, 2009) e primeiras observações, têm grande presença na formação política dos jovens estudantes que participam deles. Trata-se de uma formação distinta, a princípio, daquela preconizada pelos estudos clássicos de socialização política (OPPO, 1998), pois se dão por meio de processos participativos, em que os jovens são atores centrais, e que incidem diretamente na chamada esfera pública, por vezes tornando públicas questões outrora restritas ao mundo privado (como a assistência estudantil, a qualidade do ensino, as relações de gênero, o preconceito racial, a homofobia etc.). (CASTRO, 2009, MESQUITA, 2008).

UNIVERSITY YOUTH: POLITICAL PARTICIPATION AND EDUCATIONAL PROCESSES IN A UNIVERSITY IN THE INTERIOR OF MINAS GERAIS

Abstract: *Reflections are made from literature review and cases observed in a public university, about political participation and training processes in the daily work of youth organizations. The text is part of research in early stage and it was basis of conference held at the II International Colloquium Education and Society. It deals about characteristics of young people in higher education in Brazil today, the notion of youth organizations and some educational dimensions of these in the university. Concludes about the wealth of formative processes in the daily routine of such organizations, which participatory, democratic and self-organized methodologies.*

Keywords: *youth organizations, university, political education, participation.*

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

BARBOSA, A. O Movimento Estudantil Brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: GROppo, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008, p. 53-65

BRANDÃO, C. F. Política educacional para a educação superior brasileira na última década. *Impulso*. Piracicaba, 16 (40): 69-80, 2005.

BRANDÃO, C. de S. Movimento Estudantil contemporâneo: temas mobilizados e formas de atuação. In: GROppo, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008, p. 66-83.

BRANDÃO, C. de S. O processo de socialização política dos universitários: a importância da universidade e do movimento estudantil. Trabalho apresentado na *24a Reunião da ANPEd*, 2001. Disponível em <http://24reuniao.anped.org.br/P0315005323563.doc>, Acesso em: 20/mar./2015.

BUTLER, U. M. & PRINCESWAL, M. Cultura de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. *O Social em Questão*. Ano XV, n. 27, p. 101-126.

- CARNEIRO, M. P. & BEHR, R. R. Juventude e movimento estudantil: o trabalho precário dos estudantes-bolsistas da UFES. *EccoS – Revista Científica*. São Paulo, n. 29, p. 171-198, 2012,
- CARRANO, P. C. R. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*. Ano XV, n. 27, 2012, p. 83-100.
- CARRANO, P. C. R. Jovens e participação política: In: SPOSITO, Marília P. (org.). *Juventude e Escolarização (1990-1998)*. Brasília: MEC, 2002, p. 185-202.
- CASTRO, J. P. M. e. *A invenção da juventude violenta*. Análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: Laced, 2009.
- CASTRO, L. R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisas*. v. 25, n. 4, 2009, p. 479-487.
- CASTRO, L. R. de. & MATTOS, A.R. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. *Análise Social*. v. XLIV (193), 2009, p. 793-823.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. set.-dez./2003, n. 24, p. 5-15.
- CUNHA, L. A. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- FARNETI, P. Sociologia política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 1217-1221.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GILLIS, J. *Youth and History*. Tradition and change in European age relations. 1770-present, Nova York/ London: Academic Press, Expanded Student Edition, 1981.
- GROPPO, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (orgs.). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.
- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, L. A. Os jovens estudantes-trabalhadores do Centro Unisal: algumas reflexões. *Revista de Ciências da Educação*, v. 7, p. 133-156, 2005.
- GROPPO, L. A. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- GROPPO, L. A. . Dialética das juventudes e educação. In: MORAIS, R. NORONHA, O. M. GROPPO, L. A.. (orgs.). *Sociedade e educação: estudos sociológicos e interdisciplinares*. Campinas: Alínea, 2008, p. 233-264.

GROPPO, L.A. Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e a crise do Estado nacional. *Avaliação*. v. 16, n. 1, p. 37-55, 2011.

KOLONTAI, A. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KRISCHKE, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Mattoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005, p. 323-350.

LEHER, R. Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público. *Margem Esquerda*. n. 10, 2007, p. 97-102.

MENDONÇA, Viviane Melo de & LEITE, Kelen Christina. Uma análise sobre as relações entre educação, juventude e movimentos sociais: o hip-hop brasileiro. *Impulso*, Piracicaba, v. 25, n 36, p. 73-85, 2013.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 66, 2003, p. 117-149.

MESQUITA, M. R. O movimento estudantil e as questões de gênero e de diversidade sexual: o desafio de recriar a militância. In: GROppo, L. A.; ZAIDAN FILHO, M. & MACHADO, O. L. (org.). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, p. 84-107.

MISCHE, A. De estudante a cidadão: rede de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5 e 6, 1997, p. 134-150.

MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*. maio/ago. de 1997, n. 5-6, p. 151-166.

OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 1202-1206.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. maio/ago. de 1997, n. 5-6, p. 15-24.

PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la participación política. In: _____, KAPLAN, M. & CASTELLS, M. *Participación y cambio social em la problemática contemporânea*. Buenos Aires: Ediciones Siape-Planteos, 1975, p. 13-82.

RIZZINI, I. & TISDALL, K. (orgs.) Dossiê: Participação infantil e juvenil. *O Social em Questão*. Ano XV, n. 27, p. 13-130.

RODRIGUES, J. Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, jan.\abr. de 2007, p. 120-136

- SANTOS, B. de S. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: _____. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p. 187-233.
- SILVA, C. F. S. & CASTRO, L. R. de. Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em “coletivos fluidos”. In: BEZERRA, H. D. & OLIVEIRA, S. M. de. *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013, p. 14-44.
- SILVA, T. M.T. da. *Ensino superior noturno: sonhos e desencantos*. São Paulo: Ed. Salesiana, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2000.
- SOUSA, José Vieira de. *Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo*. Brasília: Faculdade de Educação da UnB; Libra Livros, 2013.
- SOUZA, Janice Tirelli P. de. Os jovens contemporâneos e a política contra o instituído. In: GROppo, L. A., ZAIDAN JR., M. e MACHADO, O. L. (orgs.). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, p. 117-156.
- SOUZA, J. T. P. de. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, P. L. A. de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, F. C. de & FREITAS, M. V. de. (orgs.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 163-189.
- SOUZA, R. M. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira. Adolescência e Conflitualidade*, 1 (1): 1-28, 2009.